

ACTA N.º 4

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 1998

Aos dezassete dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba.

Aberta a sessão, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a falta do Sr. Carlos Cabral, que justificou a mesma.

De imediato, o **Sr. Presidente da Assembleia** propôs um minuto de silêncio em memória dos trabalhadores da Câmara Luis Veiga Pinto e Francisco de Jesus Pereira Avó, falecidos em dezanove e vinte de Março, respectivamente, bem como fosse aprovado um voto de pesar às famílias enlutadas.

Postas à votação estas propostas, foram aprovadas por unanimidade.

Em seguida foi feito um minuto de silêncio.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Dada a palavra ao **Sr. Andrade**, este procedeu à leitura do voto de pesar pelo falecimento dos trabalhadores da Câmara já referidos bem como pela trabalhadora aposentada Maria Joana Veiga Barraquinhas. Este voto fica anexo ao final desta acta como doc. número um.

O Sr. Presidente da Assembleia pôs o voto de pesar a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Interveio o **Sr. Norberto** lembrando a recomendação feita por ele para que fosse constituída, à semelhança dos anos anteriores, uma comissão que estudasse as comemorações do 25 de Abril. Disse não ter sido esta do entendimento do Executivo Camarário, que persiste em julgar o vinte e cinco de Abril como um facto sendo só seu. Acrescentou que todos os espectáculos escolhidos são numa só óptica política, engrandecer a obra da CDU. Terminou dizendo que esperava que no próximo ano tal situação fosse revista e desejando que "as demais forças políticas possam expressar a opinião de como se deve comemorar o dia em que irradiou de Portugal a atitude do Quero, posso e mando, pois o poder sou eu!". Em seguida referiu-se à contribuição autárquica, criticando o Executivo Camarário por ter escolhido a taxa máxima permitida para os prédios urbanos.

Dada a palavra ao **Sr. Vicente Ermitão**, este apresentou, em nome da CDU, uma moção sobre o vinte e cinco de Abril, anexa ao final desta acta como doc. número dois.

O Sr. Presidente da Assembleia pôs este documento à discussão, dando a palavra ao **Sr. Rézio**, que disse recordar bem a sessão solene do vinte e cinco de Abril do ano passado. Disse que a generalidade dos Portugueses desejava o vinte e cinco de Abril, e ainda bem que ele chegou, disse, sem grandes derramamentos de sangue, embora não tenham sido evitadas algumas injustiças por perseguições que se fizeram de elementos que não podiam esconder o seu afecto ao PCP. Acrescentou ser bom que fique na memória de todos que hoje se caminha numa democracia onde todos podemos discutir, falar e ter ideias políticas antagónicas, mas que, na verdade, passada a discussão política, disse, somos todos amigos e essencialmente somos Borbenses e a nossa terra está acima de tudo. Terminou dizendo que o vinte e cinco de Abril não deve ser reivindicação de um único partido, deve ser feito com a participação de todos os democratas.

O membro Sr. Avó disse que das intervenções anteriores depreendeu que todos se congratulavam com o vinte e cinco de Abril. Assim, pensa que deveriam ser uniformizadas as ideias e os desejos para o bem estar das populações deveria tentar-se dar uma resposta à confiança que lhes foi dada pelos eleitores.

Não havendo mais inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a referida Moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e três abstenções.

Em seguida, o **Sr. Ramalho** apresentou, em nome da CDU, uma Moção sobre o Primeiro de Maio, que fica anexa ao final desta acta como doc. número três.

Por não haver inscrições para discussão deste documento, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Dada a palavra ao **Sr. Proença**, este questionou o executivo camarário sobre a estrada da Nora, nomeadamente no que diz respeito às bermas, valetas, pontões e ao mau estado em que o piso já se encontra, bem como ao motivo que levou à interrupção das obras e para quando a data do seu recomeço.

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que este assunto se relacionava mais com as actividades da Câmara, como tal, o executivo responderia nessa altura.

Dada a palavra à **D. Maria Laura**, esta apresentou, em nome da CDU, uma Moção sobre a Expo 98, que se anexa ao final desta acta como doc. número quatro.

Posta esta Moção à discussão, foi dada a palavra ao membro **Sr. Rézio**, que se congratulou com as preocupações contidas na referida moção. No entanto, acrescentou que "Borba está no eixo Espanha/Expo e Borba tem de facto alguma coisa que mereceria, com tempo e preparação, promover. Promover a nossa terra, promover aquilo que nós temos de bom, o vinho, os mármore, entre outros". Perguntou se de facto o executivo tomou algumas iniciativas neste sentido.

O **Sr. Diogo Sapatinha** falou acerca das obras na E.N.4, nomeadamente sobre o cruzamento para a Orada e sobre as consequências que o mesmo pode trazer para os utentes daquela estrada, especialmente no período em que vai decorrer a Expo.

Por não haver mais inscrições para discussão desta Moção, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a mesma à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Dada a palavra ao **Sr. Paixão**, este mostrou a sua preocupação com o funcionamento da britadeira situada no Barro Branco. Disse ter recebido um abaixo assinado a contestar a situação. Lembrou ainda os perigos decorrentes da manutenção da britadeira em funcionamento, entre os quais problemas respiratórios, barulhos e maior possibilidade de acidentes naquela zona provocados pelo movimento intenso de camiões e máquinas pesadas. Assim, pensa que deveriam ser tomadas as devidas precauções e que deverá haver um acompanhamento sistemático daquele serviço.

A **D. Conceição Cavaco** disse ter percebido da parte do Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia, a garantia de que não iria haver problemas com a britadeira, no entanto, agora não lhe parecia que tal estivesse a acontecer. Perguntou por isso, ao Executivo Camarário se afinal seria ou não prejudicial para a população a referida britadeira.

Interviu em seguida o **Sr. Artur Pombeiro**, que disse estar preocupado com os actos de vandalismo que vêm assolando o concelho, como é o caso de candeeiros partidos, papeleiras destruídas, contentores do lixo virados e perturbações do bem estar das populações.

Apresentou o seu descontentamento face ao protocolo de descentralização para as freguesias, lembrando que a forma de atribuição de verbas criada pela Câmara não foi a mesma que vinha utilizando nos anos anteriores, criando assim dificuldades e até mesmo pondo em risco o vencimento da única funcionária da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu.

Disse ainda que a sua Junta de Freguesia tem dívidas a fornecedores, vindas do anterior mandato, e com esta penalização da Câmara não vê forma de as pagar.

Esclareceu não ter rejeitado o protocolo, porque entenderam que não o deviam fazer, manifestando desta forma a vontade de querer colaborar com a Câmara.

Foi dada a palavra à **D. Conceição Cavaco** que perguntou ao Presidente da Junta da Freguesia de S. Bartolomeu quanto é que a sua Junta estava a receber a menos em relação ao ano anterior e qual a situação das restantes Juntas, se receberam menos ou igual quantia.

O **Sr. Artur Pombeiro** respondeu que, em termos de FEF, todas as Juntas estavam a receber mais, até porque lhes tinham sido atribuídas competências próprias. O que a Junta de S. Bartolomeu está a receber a menos são as verbas que a Câmara sempre descentralizou em duodécimos e que iam estabelecendo o equilíbrio das contas correntes na sua Junta. Este ano, disse, a Câmara entrega-as para investimento e mediante um acordo prévio e facturação a apresentar com autos de medição.

Foi dada a palavra ao **Sr. Avó**, que apelou ao Sr. Presidente da Assembleia para que estas intervenções fossem feitas no ponto das actividades da Câmara e não no período de antes da ordem do dia. Em seguida, apresentou a Moção sobre a localização do novo aeroporto, que se anexa ao final desta acta como doc. número cinco.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este disse parecer-lhe que havia uma tentativa, por parte dos membros da CDU, de desvio das atenções dos problemas dos Borbenses para outras atenções que são de âmbito Nacional e de bem longe de Borba.

Usou da palavra o **Sr. Diogo Sapatinha** que disse discordar da intervenção do Sr. Rézio, pois o problema do aeroporto, sendo um problema Nacional, é um problema que diz respeito ao Sul, ao Alentejo e mesmo a Borba. Pensa que tudo o que se possa fazer para que o Alentejo fique na margem sul, são sempre achegas bem vindas.

O Membro **Sr. Avó** disse que, como Alentejano e com a proporcionalidade que tudo isto nos dará a nível de combates de assimetrias, pensa que se deve fazer chegar a nossa voz junto de quem decide, pois o Alentejo tem direito a reivindicar coisas que permitam o desenvolvimento e o bem estar.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este disse saber da habilidade da CDU para desviar os assuntos importantes de Borba e do Concelho.

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e três abstenções.

Interveio em seguida o membro **Sr. Joaquim Manguinhas** que disse ter a certeza que o Sr. Rézio não lhe iria dizer o mesmo que disse ao Sr. Avó, em relação à Moção que apresentou em seguida, mesmo tratando-se de um problema Nacional e que interessa a todos.

"A CDU baseada em três considerandos traz aqui à Assembleia uma proposta para apreciação e eventual votação sobre a reinvidicação de uma faculdade de medicina no Alentejo:

Considerando que o Alentejo apresenta graves défices no sector da saúde;

Considerando que por causa da sua depressão económico-social o Alentejo não tem sido o pólo de atracção para a fixação de médicos e outros técnicos considerados de saúde;

Considerando igualmente que o Alentejo apresenta um universo de população em risco que necessita de cuidados de saúde cada vez mais eficientes e qualificados;

A Assembleia Municipal de Borba em reunião ordinária de dezassete de Abril de mil novecentos e noventa e oito, delibera:

Primeiro- Apoiar a instalação na Região Alentejo de uma faculdade de medicina ou estabelecimento equiparado, destinado a formar médicos e outros técnicos superiores de saúde e a promover estudos e investigação no âmbito das ciências de saúde;

Segundo- Igualmente no âmbito do melhoramento da prestação de cuidados de saúde na Região Alentejo, consideramos de grande importância a construção de um hospital regional."

Foi dada a palavra ao **Sr. Rézio**, que disse ser evidente que uma Moção destas não pode ter do PSD qualquer oposição, e que gostaria que esse sonho se realizasse. No entanto, há que ter em atenção se há ou não professores capazes de ensinar, pois em determinada altura, disse, houve a preocupação de aumentar

institutos e escolas superiores, sem se cuidar de aumentar em número e qualidade os docentes. Pensa que Portugal tem bons docentes, pôs dúvidas é se eles querem deslocar-se para fora dos grandes centros e se depois se estão a formar médicos para os grandes centros os utilizarem.

Usou da palavra o **Sr. Joaquim Manguinhas**, dizendo que normalmente as pessoas têm tendência para se fixarem nas zonas onde estudaram. Se há docentes ou não, essa é uma questão que se coloca, no entanto, reconheceu e disse ser consensual que ensinar medicina nos dias de hoje já não é o mesmo de há vinte anos, até porque existem meios através da informática. Pensa que com a pequena parte que compete à Assembleia Municipal há que pressionar, tal como para o aeroporto, como para tudo.

Não estando mais nenhum membro inscrito, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a Moção apresentada pelo Sr. Joaquim Manguinhas à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Foi dada a palavra ao Sr. Francisco Alpalhão que afirmou ter ouvido dizer que ele tinha caluniado o Vereador Mário de Deus e que tal boato não corresponde á verdade.

Em seguida usou da palavra o Sr. Ratinho que disse fazer parte da Comissão de Base de Saúde e como tal pediu que fossem feitas diligências no sentido de o hospital de Borba passasse a funcionar em melhores condições.

Falou também o Sr. José Tobias que apelou à Câmara para que recupere o edifício do hospício e não o deixe degradar mais.

ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA NÚMERO TRÊS.

O **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou que, se houvesse reparos ou correcções a fazer à acta número três, fossem apresentados.

O membro **Sr. Moura Lopes** disse que a CDU tinha uma declaração de voto a apresentar, após a votação. No entanto, adiantou que a sua bancada tinha discutido e analisado a acta profundamente, procurara introduzir alterações e tinha chegado à conclusão que tivera dificuldades em o fazer. Neste sentido, a sua bancada iria votar contra. Disse querer deixar bem claro que a declaração de voto que ia apresentar não era para ser discutida nem votada.

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse não entender muito bem, pois quando há alterações a propôr, elas devem ser ouvidas e feitas. Acrescentou que da parte da mesa da assembleia nunca houve má vontade no sentido de não alterar qualquer assunto das actas. Lembrou ainda que a minuta da acta em questão foi aprovada por unanimidade, como tal, não entendia agora a posição dos membros da CDU. Por outro lado disse ter ficado perplexo, até pelas intervenções que tem havido da bancada da CDU, no que se refere à boa vontade e colaboração.

Foi dada a palavra ao **Sr. Diogo Sapatinha**, que disse que o Sr. Moura Lopes não queria revelar o motivo do voto contra e que estava no seu direito. No entanto, acrescentou que onde há enganar desmancham-se, seria apenas questão de dizerem com o que não concordavam.

Usou da palavra o **Sr. Artur Pombeiro** que disse estranhar a posição da bancada da CDU quando diz discordar da acta e pretender votar contra, sem pelo menos apresentar alterações ou correcções à mesma.

Interveio o **Sr. Proença** dizendo que, como Secretário da Assembleia, é um dos responsáveis pela acta, embora não tenha sido ele a elaborá-la, também ele a redigiu.

Disse ainda que se o Sr. Moura Lopes revelou ter tido dificuldade em apresentar correcções, ele também as teve ao redigi-la, pois de facto, se fosse levar à letra o que estava gravado, então é que nem o Sr. Moura

Lopes nem os restantes membros percebiam nada.

Referiu ainda que pensa ser um contra-senso a atitude da bancada da CDU ter aprovado a minuta da acta e estar agora a rejeitar a mesma. Disse também não ver diálogo nenhum e não perceber porque é que a CDU não concretiza o motivo pelo qual não aprova a acta. Disse que isto não é ser coerente. Se fosse o Sr. Cardoso a redigi-la, talvez o Português estivesse melhor e mais embelezado, no entanto, percebia-se bem o que a acta contém, e esta atitude só poderia considerar-se reveladora de má vontade.

Dada a palavra ao **Sr. Artur Pombeiro** este sugeriu que se há dúvidas da parte da CDU, então que se adie este ponto e que os membros que tiverem dúvidas ouçam a gravação.

O membro **Sr Moura Lopes** esclareceu que a bancada da CDU trabalha colectivamente e quando fizer intervenções a nível individual procurará dizer que está a intervir individualmente.

Assim, disse que, sob a sua responsabilidade, entendeu anunciar à Assembleia o sentido de voto da CDU e que, depois da leitura da declaração de voto, após a votação, as questões ali levantadas ficariam entendidas.

Interveio o **Sr. Diogo Sapatinha** que disse não entender o porquê do mistério da CDU. A única intenção daquela bancada deveria ser rejeitar a acta, com certeza com motivos, e os restantes membros até poderiam concordar com eles, no entanto, se a CDU não os dissesse, não poderiam ser discutidos.

O **Sr. Cardoso** pediu que a acta fosse posta à votação.

O **Sr. Artur Pombeiro** disse parecer-lhe que a urgência e a vontade de quererem por a acta à votação é não quererem discuti-la ou introduzir-lhe alterações.

Dada a palavra ao **Sr. Moura Lopes**, este disse que "o diálogo foi, é e continuará a ser a bandeira da CDU". Uma prova de que querem o diálogo e a defesa da Câmara de Borba e dos seus Municípios é, tal como o Sr. Artur Pombeiro disse, a vontade que seja retirada a acta, seja feita uma acta em condições, e a bancada da CDU votará favoravelmente.

O **Sr. Rézio** disse estarem perante uma situação que, de facto, alguma coisa tinha escondido, e o ter escondido é não querer discutir aquilo que é importante, que é a ordem de trabalhos. Disse que se iria abster na votação por não ter estado presente naquela sessão, mas não podia admitir que a CDU dissesse que ia votar contra a acta, sem que apresentasse alterações à mesma.

O membro **Sr. Cardoso** disse que se estavam a discutir coisas perfeitamente inúteis, lamentando que se estivesse a querer tirar a palavra às pessoas. Disse ter pedido que a acta fosse posta à votação para ganhar tempo, que é aquilo que Lei determina. Acrescentou que a competência para elaborar actas está definida e, como tal, quando as pessoas são eleitas têm de conhecer o trabalho e as competências que lhes vão ser outorgadas. Propôs mais uma vez que a acta fosse posta à votação.

Não havendo mais inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a acta número três à votação, tendo sido rejeitada com nove votos contra, uma abstenção e oito votos a favor.

Em seguida, o **Sr. Moura Lopes** apresentou a declaração de voto anexa ao final desta acta como doc número seis.

Também o **Sr. Rézio** apresentou uma declaração de voto, que fica anexa ao final desta acta como documento número sete.

2-LEITURA DE EXPEDIENTE.

Foi dada a palavra à Secretária da Assembleia Municipal, D. Ivone Espiguinha, que deu a conhecer a correspondência recebida desde a última Assembleia:

Ofício da Câmara Municipal de Borba juntando listagem dos funcionários da Câmara com as respectivas

habilitações literárias e dados profissionais.

Ofício da Câmara Municipal de Borba sobre as Comemorações do vinte e cinco de Abril.

Ofício da Câmara Municipal de Borba juntando cartografia com a divisão administrativa do concelho.

Ofício da Câmara Municipal de Borba juntando agenda cultural para o mês de Abril corrente.

Ofício da Câmara Municipal de Borba informando que se encontrava à disposição do eleito Sr. Diogo Sapatinha o processo relativo à instalação de gasóleo verde requerido pela Empresa António da Conceição Simões, Herd^{os}.

Ofício da câmara Municipal de Borba juntando as folhas que sofreram alterações para substituição na Conta de Gerência e Relatório já enviados anteriormente.

Ofício da Câmara Municipal de Borba juntando relatório da actividade da Câmara no período compreendido entre vinte e três de Fevereiro e nove de Abril corrente.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando sobre alojamentos no XI Congresso daquela Associação.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses juntando boletim daquela Associação referente a Janeiro ultimo.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando sobre pareceres do Comité das Regiões.

Ofício da Assembleia Distrital de Évora solicitando seja indicado um Presidente de Junta, eleito em Assembleia Municipal, com vista à integração naquele Órgão Autárquico.

Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Beja sobre publicidade de âmbito distrital.

Ofício do Cendrev juntando programa para o período de Março a Julho do corrente ano.

Carta da Neomarca solicitando actualização de informações sobre os eleitos.

Ofício do Ministério da Administração Interna convidando a participar no Seminário Internacional sobre "Polícia Municipal - Um Modelo Português".

Ofício do Partido Ecologista os Verdes agradecendo o envio que lhe foi feito da Moção sobre o aumento do custo dos telefones.

Ofício da Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde juntando manifesto sobre o Dia Nacional do Utente da Saúde.

Ofício do Instituto das Comunicações de Portugal dando esclarecimentos sobre o tarifário do serviço fixo de telefone, na sequência da Moção enviada pela Assembleia.

Ofício do Governo Civil de Évora convidando para uma sessão sobre Reforma da Lei Eleitoral.

Do Primeiro Ministro António Guterres agradecendo o voto de pesar que lhe foi enviado pela Assembleia Municipal.

Do Sr. Filipe António Figueiredo Mouquinho juntando um abaixo assinado sobre a britadeira instalada na povoação do Barro Branco.

3-APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE

ACTIVIDADES DO ANO DE 1997 (alínea c) do n.º 2 do art.º 39º do Dec. Lei n.º 100/84 de 29 de Março).

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura do extracto da acta da reunião de Câmara onde foram aprovados os referidos documentos. Em seguida, procedeu à distribuição das alterações enviadas pela Câmara, que, disse, foram recebidas tardiamente, pois foram feitas após uma chamada de atenção por ele junto do Executivo Camarário. Solicitou, em seguida, ao Sr. Presidente da Câmara que desse alguns esclarecimentos sobre aqueles documentos.

Assim o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o Plano de Actividades do ano em apreciação tinha sido seguido, tendo correspondido a um terço de execução daquilo que estava previsto realizar-se. Disse que foi uma execução significativa dado terem tido vários contratempos, especialmente de ordem burocrática, umas por não aprovação no Tribunal de contas, outras por projectos não comparticipados pelos Fundos Comunitários e até mesmo, disse, pelas condições climatéricas dos últimos meses do ano, que contribuíram para que uma grande percentagem do Plano de actividades não fosse realizada. Disse ter já criado condições para que os futuros exercícios possam ter resultados significativamente melhores, dado que alguns projectos não realizados no ano de noventa e sete, estão agora, disse, já em curso (estrada 508, Etar de Borba, loteamento em Rio de Moinhos). Estes representam um investimento muito grande e que a serem concretizados em noventa e sete trariam um resultado completamente diferente. Acrescentou que, mesmo assim, pensa que o exercício foi positivo porque muitas outras obras importantes para o Concelho foram feitas.

Para questões de ordem técnica, disse estarem presentes a D. Marcelina e a Dr^a Rosa pois eram elas as responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.

Em relação ao documento distribuído disse não se tratar de alterações, mas sim de pequenas correcções que resultam da dificuldade que há na recolha e na compilação de todos os elementos que fazem parte da Conta de Gerência. Disse não se ter preocupado com as correcções porque as considerou de pequena importância e que em nada influem nem no resultado, nem no trabalho que tinha sido feito até à apresentação para aprovação do mesmo pela Câmara Municipal.

Foi dada a palavra ao **Sr. Rézio**, que disse que o documento distribuído com as correcções ou alterações foi aprovado em reunião de Câmara de dezoito de Março e já estávamos a dezassete de Abril. A rapidez da CDU demonstrava assim que, nas suas decisões e na sua capacidade de execução do orçamento e do plano de actividades, lhe parecia não estarem aqui bem estampada, e que iria pensar ao longo da discussão se teria ou não que invocar o numero três do artigo vinte e dois do regimento.

Interveio o **Sr. Diogo Sapatinha** dizendo que sobre a Conta de Gerência pouco ou nada havia a dizer, pois trata-se de um trabalho tecnicamente correcto e um trabalho bom, elogiando as técnicas ali presentes. Lamentou, no entanto, a taxa de execução considerada muito boa pelo Sr. Presidente da Câmara, que, em sua opinião, disse ser francamente má. Quanto ao Relatório de actividades, chamou a atenção para o parágrafo que fala sobre a ETAR da Nora, concluindo que a Câmara só não iniciou a referida obra porque não tinha capacidade de execução.

Dada a palavra à **D. Conceição Cavaco**, esta lembrou que, tal como na acta as coisas não ficam cem por cento bem, também os documentos apresentados podiam ser inviabilizados, pois também a CDU estava a juntar documentos tardiamente, mas, acrescentou, como havia boa vontade da parte da oposição, os documentos iriam certamente ser votados.

Em relação à conta e relatório pediu que fosse esclarecido qual o motivo de o mapa não ter mencionada a taxa de execução. Disse que, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara tinha referido quanto à taxa de execução, de esta ser de trinta e três por cento, depois de uma análise por um contabilista, concluiu que afinal a taxa era apenas de dezoito virgula cinquenta e cinco por cento.

Fez em seguida uma análise política dizendo que a sua bancada iria votar contra porque não havia o mínimo de correspondência entre aquilo que a Câmara se propôs fazer e aquilo que na realidade fez. Disse ser uma gestão, no mínimo, desastrosa, e que de forma nenhuma serve à vila de Borba. Disse ser seu entendimento que a Câmara geriu mal e não cumpriu nenhum objectivo. Fez também algumas críticas

ao relatório, nomeadamente quanto à habitação, urbanismo, espaços verdes, bem como às percentagens não executadas em cada uma delas.

O membro **Sr. Cardoso** disse que os documentos tinham sido enviados dentro do prazo, as alterações ou erratas é que tinham sido enviadas mais tarde, no entanto não inviabilizava a apreciação e votação pois a Lei não especifica erratas mas sim documentos.

Disse desconhecer a metodologia utilizada pelo contabilista, pois existem diferenças entre POC e Contabilidade Autárquica. Acrescentou que se estava perante uma questão política e que "antepondo posturas políticas ao rigor técnico levantam sempre a mesma questão e nós não temos outra resposta, infelizmente porque o financiamento autárquico e as leis que regulam os Fundos Comunitários têm estas condicionantes e nem a oposição pode pôr outras questões, nem nós podemos dar outras respostas".

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que as alterações não tinham sido enviadas mais cedo aos membros da Assembleia porque a Câmara apenas as tinha enviado no dia quinze, à tarde, e, como tal, se ele as fosse enviar pelo correio não chegariam a tempo.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este disse que o Executivo não teve controlo sobre os custos, nomeadamente nos contratos de avença.

Acrescentou ter encontrado erros nas somas e que provavelmente, se analisasse melhor, encontraria talvez outros, interrogando-se se teria alguma segurança no que diz respeito à elaboração das contas. Disse que "erros todos cometemos, só que documentos como estes quando são presentes à Assembleia têm que ser devidamente vistos e revistos e eu não estou em condições de poder acreditar noutras somas e noutros números".

Pediu esclarecimento à **Dr^a Rosa** que lhe respondeu ter de conferir aquele erro na folha de calculo.

Interveio a **D. Conceição Cavaco**, dizendo ser verdade que a contabilidade pública é especial, mas contas, um bom contabilista sabe-as fazer.

O membro **Sr. Diogo Sapatinha** concordou com a questão levantada pelo Sr. Rézio e afirmou que também o Sr. Presidente da Assembleia, conjuntamente com os restantes membros da bancada do PS, tinha detectado outros erros. Desta forma, estava em causa a confiança que se poderia ter no documento.

Dada a palavra ao **Sr. Joaquim Manguinhas**, este disse que, como nada percebia de números, também ele tinha pedido a um economista que lhe analisasse o documento, tendo concluído que do ponto de vista técnico, o documento estava muito bem elaborado. De resto, disse, terá sido a mesma opinião que o Vereador do PSD teve na Câmara.

Acrescentou ainda que o Sr. Rézio estava a fazer um aproveitamento político da situação porque está na oposição.

Em seguida, o **Sr. Rézio** disse que "a Assembleia Municipal, aqui e agora, ao votar aquilo que é apresentado como Conta de Gerência, funciona como se fosse o conselho fiscal de uma empresa, e não há nenhum conselho fiscal que possa aprovar contas erradas, se é que estão erradas, porque a pessoa responsável não foi capaz de me responder!".

Perguntou então ao Sr. Presidente da Câmara no que diz respeito à taxa de execução, quais tinham sido os valores em que se tinham baseado para encontrar tal percentagem.

Disse que se têm que aprovar coisas certas e que talvez não houvesse naquele dia, condições para aprovar os documentos. Disse não ser má vontade, no entanto, a sua posição na votação dependia da continuidade dos esclarecimentos que o Executivo lhe desse ao longo da discussão.

Dada a palavra à **Dr^a Rosa**, esta disse que, de facto, no mapa referido havia erros de soma. Pediu desculpas por não ter conferido melhor as somas, achou irrelevante conferi-las, uma vez que a fórmula estava inserida no computador. No entanto, acrescentou que as referidas somas não iam alterar mapa nenhum, nem iam interferir em saldos, pois o mapa em causa era de informação adicional da responsabilidade dos serviços e nem sequer carecia de aprovação ou assinaturas dos eleitos.

O **Sr. Rézio** disse não haver necessidade de pedido de desculpas, pois errar era humano, no entanto disse achar estranho e não perceber como é que a conta de um pagamento não tinha influência noutras contas.

A **Dr^a Rosa** esclareceu que os valores dos mapas são parciais e não globais, como tal, não influenciavam, tinham sido feitos a partir de informação parcial contida na conta.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este disse não duvidar da certeza da **Dr^a Rosa** de que tudo está certo, mas, para ele, os documentos auxiliares não estavam correctos.

A **D. Marcelina** prestou também alguns esclarecimentos técnicos sobre os registos na Conta de Gerência.

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que disse que desde que está na Câmara sempre houve correcções às contas, pois elas são feitas com muita falta de informação de outras entidades. Disse que mesmo com as contas todas certas, e em todas as Autarquias isso acontecia, ainda vem o Tribunal de Contas pedir esclarecimentos e comunicar lapsos que possam surgir. Acrescentou que o T.C. sempre aprovou as contas.

Adiantou que a avaliação que faz do desempenho da **Dr^a Rosa** e dos outros trabalhadores da Câmara envolvidos neste processo, é que mesmos estes reparos são um estímulo para o seu aperfeiçoamento. Disse que a Assembleia não teria necessidade de inviabilizar os referidos documentos, tendo em conta que foi feito aquilo que era fundamental fazer. Acrescentou que o erro encontrado não influencia os saldos, como tal, disse não se tratar de um erro grave e que havia tempo para o corrigir.

Quanto à taxa de execução, disse que a Câmara considerou o global e quem terá feito as contas à **Dr^a Conceição**, certamente, teria considerado apenas os investimentos.

Depois de mais alguns esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Câmara** terminou dizendo não crer, até pelos resultados eleitorais, que haja por parte das populações razão de queixa, a não ser por uma minoria da população de Borba.

Interveio o **Sr. Paixão**, dizendo que deveria haver mais abertura da parte da CDU, pois quando da aprovação da acta nem quiseram apresentar alterações, e vinham agora pedir colaboração para a aprovação da Conta de Gerência e do Relatório de Actividades.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este disse não lhe parecer estrategicamente bom estar-se ali a fazer campanha eleitoral, pois isso tinha feito o anterior executivo, ao apresentar, no boletim Municipal que é pago por todos, um grande Plano de actividades para cumprir, fazendo assim a sua propaganda eleitoral, especialmente quando se aproximavam as eleições.

Em seguida, o **Sr. Andrade** disse abster-se de discutir números e que gostava sim de discutir actividades e realizações que contribuam para o bem-estar das populações.

Em relação à conta de Gerência, disse que as questões levantadas eram de ordem técnica e não seria certamente intenção da Câmara esconder ou alterar números.

Quanto à taxa de execução, disse que muitas vezes interessa o que se faz de bom, seja muito ou pouco, pois é disso que as populações precisam. Concluiu dizendo que, quanto a ele, o trabalho da Câmara tem merecido todo o apoio e que se devia ter em atenção aquilo que a Câmara tem conseguido.

Dada a palavra ao **Sr. Vereador Serra**, este disse compreender o modo muitas vezes impulsivo com que alguns membros da Assembleia intervinham, porque "ser de uma força política que se opõe à CDU e valorizarem o trabalho da CDU, não têm coragem para isso".

Acrescentou que, com a execução dos novecentos mil contos, levaram obra a todos os pontos do concelho, tanto na área do urbanismo, loteamentos, elaboração de Plano de Urbanização para a vila, realojamento municipal, cultura, ou desporto.

Interrogou-se, então, se será que cinquenta e um por cento da população do concelho vota na CDU "por cegueira", ou será que sabe avaliar aquilo que é desempenho da CDU nos órgãos autárquicos.

A Vereadora **D. Filipa Almeida** disse que louvava a paciência do público para estar ali a ouvir falar de números, pois a eles nada lhes dizem, as pessoas preocupam-se é em saber se a Câmara realizou ou não

aquilo que consideravam necessário.

Acrescentou que respeitava muito as opiniões do Sr. Rézio, no entanto eram opiniões de outra força política. Certamente se estivesse em maioria, os números e os resultados das contas seriam outros, no entanto, acrescentou que deveria haver mais respeito por quem geriu e como geriu o mandato anterior. Quanto ao erro de soma detectado na conta, disse ter percebido perfeitamente a explicação dada pelas técnicas, como tal estava tranquila.

Interveio o **Sr. Rézio**, dizendo que o desejo da bancada PSD nunca foi outro senão o de cumprir mais e melhor e que os investimentos sejam cada vez maiores em benefício das populações.

Lembrou ainda que a sua bancada sempre que faz críticas ou pede explicações exaustivas, faz críticas construtivas.

Dada a palavra ao **Sr. Diogo Sapatinha**, este disse que uma coisa era discutir problemas técnicos e outra era fazer política, demagogia e comícios, que foi o que tinham acabado de fazer os Senhores Vereadores.

Foi dada a palavra ao **Sr. Cardoso**, que disse que realmente ninguém estava satisfeito com o realizado, pois todos querem mais, no entanto, considerou ser um bom trabalho o que a CDU apresentou.

Interveio a **D. Conceição Cavaco**, que disse não faltar ao respeito a ninguém e muito menos à Câmara. Tinha ideias diferentes e estava ali para as divulgar e não renunciará a fazê-lo, como tal, acrescentou que, em relação à conta, o que estava em causa não era a percentagem, mas sim que a CDU tinha prometido muito e não cumpriu. Disse ainda que acreditava que Borba pode vir a ter uma gestão diferente.

Foi dada a palavra ao **Sr. Joaquim Manguinhas**, que disse que o que estava em causa era uma questão política, pois em termos técnicos estava tudo percebido.

Não havendo mais inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs em separado os dois documentos à votação:

Assim, a Conta de Gerência do ano de mil novecentos e noventa e sete foi aprovada por nove votos a favor, seis abstenções e três votos contra.

Foram, em seguida, apresentadas duas declarações de voto, uma apresentada pela bancada do PSD, e outra apresentada pelo Sr. Norberto Alpalhão, documentos esses que ficam anexos ao final desta acta como documentos número oito e nove respectivamente.

O Relatório de Actividades referente ao ano de mil novecentos noventa e sete foi reprovado por empate, com nove votos a favor e nove votos contra, tendo o Sr. Presidente da Assembleia desempatado utilizando o voto de qualidade, com a devida fundamentação conforme documento número dez, anexo ao final desta acta.

4.-PROGRAMA "SEDES DE JUNTAS DE FREGUESIA"

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse ter recebido um ofício da Câmara Municipal de Borba no sentido da Assembleia Municipal estabelecer as prioridades de financiamento para as Freguesias que, não dispondo de sede condigna, não tenham sido ainda financiadas pelo Orçamento de Estado. Informou ainda que esta proposta vem no sentido de ser contemplada a Junta de Freguesia de Orada, uma vez que as outras já tinham sido em anos anteriores.

Não havendo inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs de imediato este documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

5.-ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA COM VISTA À INTEGRAÇÃO DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE ÉVORA.

O **Sr. Presidente da Assembleia** lembrou que uma vez que este assunto envolvia pessoas, a votação iria

ser feita por escrutínio secreto.

Assim, após distribuição dos boletins de voto e de terem sido feitas duas votações, verificou-se empate a nove votos entre o Presidente da Junta de Freguesia da Matriz e o Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu.

Com base no número dois do artigo vinte e seis do Código Procedimento Administrativo, ficou esta eleição adiada para a próxima Assembleia, em virtude de não poder ser utilizado o voto de qualidade.

6.- ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DA FAUNA MUNICIPAL DE BORBA.

O Sr. Presidente da Assembleia lembrou terem sido já efectuadas duas votações sobre esta eleição na anterior sessão da Assembleia, tendo-se verificado empate. De acordo com o CPA, seria feita nova eleição por escrutínio secreto e, se se verificasse empate, seria utilizado o voto nominal.

Em seguida, procedeu-se à votação, verificando-se novamente empate a nove votos entre o Presidente da Junta de Freguesia de Orada e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos.

Face aos resultados, o Sr. Presidente da Assembleia pôs à consideração de todos os membros de qual o procedimento a tomar, pois em caso de dúvida a Assembleia é soberana.

Dada a palavra ao **Sr. Joaquim Manguinhas**, este procedeu à leitura de um parecer da Procuradoria Geral da República acerca desta lacuna existente na lei das Autarquias Locais, para estas situações. Concluiu-se que, verificando-se empate nas votações por escrutínio secreto ocorridas no funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais, tal lacuna deverá ser integrada analogicamente por aplicação do artigo cento e seis do regimento da Assembleia da República, repetindo-se, como aí se dispõe, a votação e, subsistindo o empate, considerando-se rejeitada a proposta.

Interveio o **Sr. Cardoso**, que disse que o CPA refere a votação nominal, mas já não estabelece as normas para o fazer. Concluiu que este assunto merecia uma consulta, até porque em outras votações poderá vir a repetir-se esta situação e até mesmo, acrescentou, para salvaguardar a posição do Sr. Presidente da Assembleia.

O Sr. Joaquim Manguinhas apelou particularmente à bancada PSD, que, disse, sistematicamente votavam ao lado do PS. Afirmou tinham toda a legitimidade para o fazer, mas não estavam a respeitar a vontade popular. Disse ser uma questão política mas que deveriam reflectir sobre isto, pois estas questões podiam ser superadas havendo um melhor senso político.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio**, este lamentou que o Sr. Joaquim Manguinhas tenha feito considerações daquela ordem sobre o PSD, pois cada um é livre de se manifestar como entender e a bancada do PSD ficará sempre com a tendência de voto que em consciência faz, disse.

O membro **Sr. Cardoso** pediu que o Sr. Rézio não insultasse constantemente o partido, porque a bancada CDU não insultava o PSD, apenas o criticava politicamente.

Interveio o **Sr. Moura Lopes**, que pensa começar já a haver prejuízos para o Município de Borba e que eram da responsabilidade de todos, frisando o caso do membro da Junta de Freguesia não ter sido eleito para participar no Congresso da associação Nacional de Municípios. Acrescentou haverem também queixas da parte dos caçadores por o Concelho Cinegético não estar a funcionar. Pensa que há que reflectir e encontrar uma saída para algumas destas situações.

O Sr. Presidente da Assembleia, em virtude das dúvidas levantadas, propôs que fosse adiado este assunto para uma próxima Assembleia e que fosse feita uma consulta superior para esclarecimento.

Posta à votação esta proposta, foi aprovada por unanimidade.

Antes de se entrar no ponto sete da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** propôs que mesmo com o tempo útil de trabalho esgotado, se prosseguisse a reunião, uma vez que apenas faltava um ponto.

Posta a votação esta proposta, foi aprovada por unanimidade.

7.-ACTIVIDADES DA CÂMARA.

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que lembrou que todos os membros tinham em seu poder o relatório das várias actividades da Câmara, no entanto se houvesse questões em relação ao documento, que lhe fossem colocadas.

Em relação ao que tinha ido tomando nota ao longo da Assembleia, disse que começaria por dar a palavra à Vereadora D. Filipa Almeida.

A Vereadora D. Filipa Almeida, em relação às Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, informou que o programa teve a colaboração de todas as entidades nele referidas e que, para além daquelas entidades, tinham sido também convidadas a participar as três forças políticas com representação no Concelho de Borba, no entanto, nenhuma se tinha feito representar.

Quanto à Expo, disse estar a ser executado um plano de sinalização turística elaborado pela Região de Turismo do Alentejo e devidamente autorizados pelas entidades competentes, nomeadamente a Junta Autónoma de Estradas que tem um papel fundamental nestas questões. Acrescentou que também o Cevalor tentou publicitar através de painéis informativos, a zona dos mármore, mas, ao que parece e sem ser informação oficial, disse não ter sido autorizado pela JAE por razões de segurança. Acrescentou que a Câmara irá ter um atendimento muito mais alargado e com muito mais material informativo no Posto de Turismo e que se irá tentar aproveitar turisticamente esta oportunidade.

Pensa que a sensibilização e o apelo junto dos agentes de restauração no concelho deve ser feita tanto pela Câmara, como como pela Assembleia e por toda a população.

Dada a palavra ao **Sr. Norberto Alpalhão**, este perguntou à Sr^a Vereadora se o convite para integrar a Comissão do vinte e cinco de Abril enviado aos partidos políticos tinha sido feito por carta, pois o PS não tinha recebido.

A Vereadora D. Filipa Almeida disse ter quase a certeza a quem tinha sido entregue oficialmente a carta, no entanto, não iria dizer, pois os serviços da Câmara que a enviaram darão essa certeza e poderá ser fornecida por escrito.

Dada a palavra ao **Sr. Vereador Serra**, este começou por falar da Expo, nomeadamente no que diz respeito à segurança rodoviária, informando que em devido tempo a Câmara Municipal aprovou e apresentou ao Gabinete do Ministério do Planeamento uma recomendação alertando para os dois cruzamentos (Nora e Orada) dado o número de acidentes que ocorrem naquele troço entre Vila Boim e Estremoz, reivindicando cruzamentos desnivelados. Infelizmente, disse, os cruzamentos em causa não foram contemplados, com o argumento que seriam obras de arte e muito dispendiosas, sendo apenas feitos separadores centrais. Disse que muitas preocupações têm sido colocadas pela Câmara junto da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária para que sejam tomadas medidas neste troço. Informou que vai haver um reforço de policiamento da GNR e que a Brigada de Trânsito vai ter instalações em Estremoz e vai ficar neste troço com uma grande acção pedagógica. Vai haver, disse, reforços hospitalares para o Centro de Saúde de Estremoz bem como para o Hospital de Évora. Os Bombeiros de Borba, disse, iriam receber uma ambulância e um grupo de bombeiros estava a ter uma formação especializada.

Pensa terem sido propostas medidas no sentido de minimizar problemas que possam vir a ocorrer.

Referindo-se à estrada da Nora disse que a parte final da obra coincidiu com o período de inverno e como a Empresa tinha outras obras mais facilitadas do que as da estrada da Nora, solicitou à Câmara um interregno, comprometendo-se que a obra ficaria concluída quando o tempo melhorasse. Acrescentou que a Câmara acedeu ao pedido da Empresa porque a obra está candidatada, tem parecer favorável, mas, por dificuldades financeiras da Unidade de Gestão, não teve ainda financiamento. Informou que a Câmara

estava tranquila porque a Empresa apenas tinha recebido uma importância muito pequena e, para além disso, existem as cauções a favor da Câmara.

Quanto à britadeira, disse ser uma situação não muito preocupante, mas ser uma situação com a qual há que estar atento, acompanhando e exigindo da Empresa que cumpra com as normas que estão em vigor e que estão aprovadas para aquele tipo de instalações industriais. Acrescentou que uma das preocupações do pelouro do ambiente e dar solução aos moleiros existentes na zona dos mármoreiros e que para isso o programa PROCON irá dar algumas respostas, nomeadamente em termos de criação de zonas de escomboreiras comunitárias, no entanto, há que dar solução às existentes. Disse ainda que obras desta natureza trazem sempre transtornos para alguns, no entanto, pensa que as melhorias são mais importantes do que os prejuízos causados. Ainda sobre este assunto, disse que a Câmara tinha convocado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, o responsável pela obra e os subscritores do abaixo-assinado para uma reunião, com a finalidade de serem criados compromissos entre todas as partes para que a obra se faça nas melhores condições possíveis.

Interveio o **Sr. Diogo Sapatinha** referindo-se ao assunto das bombas de gásóleo verde, informando que, depois de consultado o dossier do processo em causa, concluiu que a Câmara embargou a obra e que, quanto a ele muito bem. A Câmara estava preocupada com o trânsito de pesados dentro da vila, agora o que a Câmara não podia dizer é que era contra o gásóleo verde, mas sim contra a instalação de outra bomba naquele local. Perguntou então se no caso do Empresário estar interessado, seria possível substituir uma das bombas existentes de gasolina por gásóleo verde.

O Sr. Artur Pombeiro disse solidarizar-se com as palavras do Vereador Serra no que respeita à preocupação do trânsito e da segurança das pessoas por ocasião da Expo. No entanto, há cerca de um mês, disse, tinha pedido à Câmara que fossem repintadas as passadeiras existentes, bem como a criação de mais uma junto à casa Paroquial, uma vez que é uma zona muito frequentada por crianças, e que, no entanto, ainda não tinha havido colaboração por parte da Câmara.

Chamou a atenção para o mau estado da pavimentação da Rua de S. Bartolomeu, pois vai ser uma das mais frequentadas pelos visitantes. Alertou ainda para o facto de vir a ser criada, mesmo que provisoriamente, uma zona de estacionamento naquela Rua, por ocasião da Expo, beneficiando assim os comerciantes daquela artéria da vila.

Tomou a palavra o **Sr. Paixão**, que lembrou a necessidade urgente de ser encontrada solução para a ETAR de Rio de Moinhos

.Perguntou, ainda ao Executivo, para quando estava previsto o arranjo da estrada da Ribeira e Mochões, uma vez que são obras que estão já orçamentadas.

O Sr. Presidente da Câmara, em relação aos protocolos de descentralização das Juntas de Freguesia, disse que as Juntas terão que se adaptar às novas competências e terão que adaptar os seus orçamentos em consequência dessas mesmas competências. No entanto, disse reconhecer que a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu ficará com dificuldades acrescidas.

Referindo-se à britadeira, disse que nas reuniões que tem tido com a empresa, pensa que não irá haver problemas.

Quanto à ETAR, informou que a Câmara tem pedidos de audiência, e alguns até já marcados, com diversas entidades e que a Câmara não tem deixado de procurar soluções.

Em relação às bombas de gásóleo, disse parecer-lhe que aquela empresa falha no aspecto de não ter a bomba de ar e água em funcionamento. Disse já ter informado a empresa Galp, pois eles é que são os interlocutores e deles a Câmara não tem tido reclamações. A Galp tem percebido todo o processo.

Dada a palavra ao **Sr. Norberto Alpalhão**, este perguntou quais os critérios para o aumento de percentagem da contribuição autárquica para os prédios urbanos e os rurais que mantiveram a mesma percentagem.

O Sr. Artur Pombeiro falou sobre as descentralizações para as Juntas, perguntando se também terá sido a nova Lei que obrigou a que a descentralização da manutenção do pavilhão fosse retirada da Junta de S.

Bartolomeu.

Interveio o **Sr. Andrade**, que solicitou ao Executivo Camarário que fossem tomadas as medidas necessárias, pois estavam a ser despejados esgotos de uma agro pecuária, na herdade da vaqueira, para a albufeira do Monte Branco através do ribeiro que por lá passa.

Sobre os prédios que foram demolidos junto à Igreja de S. Bartolomeu, a Assembleia tinha ficado com a ideia de que a Câmara iria adquirir aquele terreno, por isso perguntou qual o fim a que o mesmo se vai destinar pois já se encontrava vedado.

O Sr. Presidente da Câmara, em relação à contribuição autárquica disse ser uma percentagem que a anterior Assembleia tinha aprovado.

Quanto ao protocolo do pavilhão, disse ser uma zona que vai entrar em obras. Acrescentou ainda que o pavilhão não tem uma utilização que dê receitas de forma a resolver os problemas daquela Junta de freguesia.

Em relação à albufeira do Monte Branco, disse não ter conhecimento, no entanto a Câmara iria ver o que se estava a passar.

Quanto ao espaço junto à Igreja de S. Bartolomeu, disse ter ficado desapontado com o valor que foi pedido pelo proprietário do terreno. Esclareceu, no entanto, que até à data o proprietário ainda não tinha apresentado nenhum estudo nem nenhum projecto para o referido local.

Antes de dar por encerrada esta reunião, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da minuta da acta desta reunião, que aqui se dá como reproduzida e que fica anexa ao final desta acta como documento número onze.

Posta à votação a referida minuta, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada esta acta que vai ser enviada aos membros desta Assembleia para ser aprovada.